

Carta de reivindicações dos estudantes da UFPI em relação ao retorno presencial.

Por segurança, estrutura, permanência e assistência estudantil.

Pandemia do COVID-19 e cortes na Universidade.

Enfrentamos a maior crise sanitária de nossa história, mais de 600 mil vidas perdidas. Em um momento tão difícil, a adoção de políticas de combate e prevenção à Covid-19 por parte do governo federal de forma totalmente avessa ao que foi recomendado pelas instituições científicas e organismos multilaterais: ao invés do isolamento, a abertura precoce; no lugar da vacina, a cloroquina; em vez de priorizar a vida, criou-se uma falsa dicotomia entre saúde e preservação da economia, levando a todas as apostas negacionistas do presidente, contrárias às indicações da ciência, levaram ao: Sistema Único de Saúde (SUS) sobrecarregado, crise econômica profunda e de longo prazo, caos social.

E foi durante a pandemia que as universidades mostraram mais uma vez a importância do seu papel para a sociedade brasileira, desempenhando um papel central a partir de pesquisas científicas para orientar no combate à Covid-19. No entanto, também foram os setores da ciência e da educação os que sofreram os maiores cortes. Em abril de 2021, o governo anunciou cerca de R \$2,728 bilhões em verbas congeladas para ciência e educação, em maio do mesmo ano um novo bloqueio de R \$789 milhões em 30 instituições. A área de assistência estudantil foi diretamente afetada, o Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2021, realizou cortes específicos de 20% no orçamento do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o que é equivalente a cerca de 200 milhões.

Estamos cientes dos cortes, sabemos que existe um projeto operante que tem por objetivo sucatear as Universidades a fim de que faça milhares de estudantes desistir dos sonhos, desde de 2019 com a EC 95 o movimento estudantil da UFPI tem avisado e lutou bravamente para dizer que não retiraram nossos sonhos de nós. Por isso os estudantes de toda a Universidade Federal do Piauí (UFPI), estão debatendo nos últimos meses os rumos que queremos para nosso futuro.

Cortes na UFPI.

Entre as Instituições Federais (IFs) afetadas pelo corte diretamente está a Universidade Federal do Piauí (UFPI), ao longo de 7 anos a UFPI sofre cortes desproporcionais para a realidade, já que a ampliação de vagas e ofertas aumentaram no decorrer desse período. A verba para custeio da UFPI caiu de R\$ 104 milhões em 2020 para R\$ 88 milhões em 2021, e tende a cair para 70 milhões

como discutido pela PLOA de 2022, a própria PROPLAN da UFPI afirma isso com o gráfico a seguir:

Gráfico de cortes orçamentários na UFPI desde de 2015



Fonte: Replicado do portal cidade verde, noticiado em 05/05/2021.

Durante os dois últimos anos enfrentando a pandemia, vimos matérias saindo diariamente nos portais de notícia que constavam a preocupação com a verba orçamentária destinada a UFPI, porém em nenhum momento foi apresentado pela Administração Superior um modelo de diretrizes que possibilitasse ocorrer uma boa administração da UFPI para a comunidade acadêmica e até hoje nos questionamos onde estará a transparência da Administração sobre um plano de contingência que leve em consideração toda a comunidade acadêmica da Universidade e se esforce em pensar alternativas.

O Reitor ou melhor Interventor da Universidade, escolhido pelo Presidente da República, demonstra sua incapacidade administrativa ao tentar manobras e malabares para brincar com a vida de milhares de professores, servidores, alunos e funcionários terceirizados da Universidade, a transparência já mencionada não existe e o que a comunidade acadêmica sabe, vem de portais de notícia, que demonstra que o então reitor, vem tentando arrendar terras da Universidade para ter verba, em busca de parlamentares estaduais ou nacionais para que haja apoio para a mudança da verba, em troca do quê? não sabemos!

Não queremos rifar nossa Universidade para que ela exista, exigimos um plano direto, eficaz e que conste planejamento alinhado tecnicamente com todos os setores da Universidade, para que possamos construir uma saída para o caos projetado por estes que aí estão no poder.

Ensino Remoto.

O Brasil enfrenta uma das maiores desigualdades de acesso à tecnologia do mundo. Segundo dados da TIC Domicílios, em 2019, 47 milhões de brasileiros não possuíam acesso à internet, sendo que 97% destes são das classes C, D e E, que coincide justamente com o perfil dos novos ingressantes das universidades públicas do Brasil. De acordo com o estudo “Acesso Domiciliar à Internet e Ensino Remoto Durante a Pandemia”, realizado em 2020, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), cerca de 6 milhões de estudantes, desde a pré-escola até a pós-graduação, não têm acesso à internet banda larga e/ou 3G/4G em casa e, por consequência, não logram participar do ensino remoto. Desses, 5,8 milhões são estudantes de instituições públicas de ensino.

Também diante desse cenário crítico em amplos setores, o Brasil viu diariamente a perda de renda das famílias, advinda da ampliação do desemprego e do desencadeamento de uma crise econômica, o que gerou um contexto que afeta fortemente as juventudes e põe em risco o futuro dessa geração. Segundo o levantamento “Juventudes e a Pandemia do Coronavírus”, realizado pelo Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE), 43% dos jovens de 15 a 29 anos, em 2020, pensaram em deixar os estudos quando as escolas e universidades retornarem às suas atividades presenciais, devido à necessidade, em geral, de buscar um emprego ou atividades informais que auxiliem na renda familiar. Dessa forma, observamos um agravamento nos índices de abandono e evasão escolar. Além disso, o cenário de miséria crescente no país, impulsionado por Bolsonaro e Paulo Guedes, impacta a qualidade de vida dos estudantes que tentam permanecer na universidade. De acordo com pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (2021), 12,83% da população brasileira vive em situação de pobreza.

Sabemos que o Ensino Remoto coloca para os estudantes muitas questões que acabam por determinar a decisão sobre seu futuro dentro da Universidade, esses fatores são polares, em torno de variáveis negativas como: fadiga mental do meio digital, falta de qualidade no ensino, falta de prática para os cursos que requerem prática, lotação de trabalhos para cumprimento do calendário, o aumento de problemas ligados a saúde física, como problemas de visão e mental, como ansiedade e o maior deles a falta de aparatos de conectividade e tecnológicos para o acompanhamento das aulas, colocando as pessoas em situação de vulnerabilidade social longe do sonho de graduação. Por outro lado, o ensino remoto também proporciona flexibilidade em acompanhamento das aulas, fazendo com que alunos possam buscar renda em trabalhos e estágios, durante a crise de desemprego e econômica no país, garantindo também o acompanhamento das aulas para pessoas que não tem previsão de receberem auxílios como a Residência Universitária e necessitam desses para se manter no curso.

No entanto entendemos que essa polarização pode ter fatores em comum que se solucionam com um plano de retorno presencial híbrido gradual que opere em torno

das demandas apresentadas, como a manutenção da assistência estudantil e um programa de permanência, proporcionando aparato aos estudantes, como o Restaurante Universitário, A Residência Universitária, ampliações de bolsas e outros, confluindo também para a superação da desistência dos estudantes e índice de evasão.

Luta pelo transporte público.

Sabemos que a capital do Piauí passa por sua maior crise do transporte público da história, e sabemos que essa crise tem suas consequências direta na proposta de retorno presencial das aulas. Para nós a política de transporte administrada pelo prefeito de Teresina Dr.Pessoa é um política de interesses, onde quem sai perdendo é somente os trabalhadores, estudantes e usuários do transporte.

A Briga da STRANS com o SETUT não passa de uma briga para saber quais os empresários responderá pelo transporte nos próximos anos, colocando para nós o verdadeiro interesse das empresas privadas em nossos direitos, por isso acreditamos que sim a Universidade tem responsabilidade de cobrar medidas de resoluções eficientes e que coloque os estudantes como usuários no centro do debate.

Essa briga não é nossa e nós não iremos pagar por ela! Queremos o nosso direito ao transporte em horário regular e total, a meia passagem sem ajustes e a que a frota volte a funcionar 100% de sua capacidade para atender a demanda da população. Essas medidas estão diretamente ligadas ao nosso direito de uma educação gratuita e de qualidade e passam por nossas necessidades ao pensar o retorno presencial.

Retorno Presencial/Híbrido.

Diante dos fatos expostos, sabemos que os desafios são grandes, em meio aos cortes, e falta de transparência de planos que permitam pensar um retorno seguro, nós, os estudantes da UFPI, não desistiremos do nosso sonhado futuro, e para que ele ocorra, é necessário medidas que enfrentem diretamente as dificuldades do nosso ensino. Por isso, estamos pensando e repensando coletivamente alternativas para que consigamos superar um modelo de ensino remoto e retomemos qualitativamente para o ensino presencial.

Para isso entendemos que é necessário um projeto que gradualmente sinalize e disponibilize o ensino totalmente presencial, acreditamos que o ensino híbrido é uma maneira de construirmos esse retorno e que a discussão sobre o retorno não se encerre por aí, que ela seja permanente com toda a comunidade acadêmica.

E os estudantes precisam ser escutados, dados recentes da PREG demonstram que na pesquisa realizada pela Universidade, onde 8,386 ou seja 39,4% dos estudantes, tendo em vista que atualmente na UFPI temos 21.299 alunos, 62,2% (5.216) são favoráveis ao retorno, por isso reivindicamos um projeto que nos caiba e que participemos dele.

Por isso, apresentamos a seguir algumas premissas básicas:

1. Participação da representação estudantil nas comissões que debatem o retorno das aulas;
2. Transparência sobre o calendário acadêmico e melhor comunicação da administração superior sobre da UFPI e sobre os posicionamentos, via os canais de comunicação;
3. Responsabilização da Administração Superior sobre a formulação do calendário híbrido para todos os cursos e responsabilização sobre as aulas práticas para os cursos que precisam de práticas;
 - a) Flexibilização das regras e do calendário acadêmico.
4. Garantia de direitos de Permanência e Assistência Estudantil;
 - a) Garantia e Manutenção do RU com o valor de 80 centavos;
 - b) Garantia de Residência Universitária para os alunos que necessitam dessa assistência.
 - c) Busca ativa dos estudantes e oferecimento de políticas de permanência nas universidades, específicas para o processo do retorno presencial;
 - d) Manutenção, ampliação e correção das bolsas de assistência e permanência estudantil.
5. Proposta bem definidas de Biossegurança;
 - a) Manter uma rotina de comunicação eficaz entre a comunidade acadêmica, com a divulgação de informações a respeito da Covid-19 de forma nítida e acessível;
 - b) Uso obrigatório e disponibilização regular de máscaras (modelo PFF2) para todos(as) os(as) professores(as), estudantes, servidores(as) técnico-administrativos(as), colaboradores(as), fornecedores(as), motoristas e trabalhadores(as) em geral;
 - c) Higienização frequente das mãos, com disponibilização de álcool 70% em locais compartilhados e alocação de tapetes sanitizantes;
 - d) Ventilação adequada nas salas de aula e espaços compartilhados;
 - e) Limpeza e desinfecção frequente dos ambientes, utensílios e equipamentos compartilhados, usando os produtos orientados pelos órgãos competentes;
 - f) Limitação da taxa de ocupação dos restaurantes universitários e/ou locais de alimentação e com os horários de refeição ampliados;
 - g) Monitoramento constante do quadro epidemiológico da comunidade acadêmica, com testagem em massa da comunidade universitária;

- h) Vacinação obrigatória para todos os membros da comunidade acadêmica, para frequentar as atividades presenciais, por meio de comissão específica, que também se delega a função de elaborar maiores flexibilizações.
6. Debate sobre Mobilidade, como por exemplo o Transporte Público em Teresina.
- a) Garantia de um deslocamento com transporte seguro, com as medidas sanitárias necessárias.
 - b) Participação ativa nas mobilizações sobre o transporte público e proposição para efetivação do funcionamento do transporte.

Os estudantes da UFPI não abrirão mão de fazer parte das decisões, e nenhuma decisão deve ser tomada de maneira precipitada, sem consultas prévias à comunidade acadêmica e em seu devido tempo de planejamento. O sucesso em um retorno presencial seguro e positivo só será possível por meio do respeito à vida, à ciência, à autonomia universitária, à educação e assegurados por intermédio da nossa responsabilidade coletiva.